



# **Câmara Municipal de Guanhães**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Parecer nº: 005/2004.**

**Assunto:** Análise ao Projeto de Lei 005/2004, que Dispõe sobre o reconhecimento de direito adquirido para apostilamento proporcional para servidores efetivos.

**Consulente:** Mesa Diretora da Câmara Municipal.

### ***RELATÓRIO***

Consulta-nos a Mesa Diretora da Câmara a respeito da legalidade e possíveis vícios que contenham o projeto de lei 005 de 2004, que dispõe sobre o reconhecimento do direito adquirido dos servidores municipais ao apostilamento previsto no antigo e revogado Plano de Carreira dos Servidores Municipais, Lei nº 1798 de 1º de maio de 1997, que em seu artigo 28, previa o apostilamento integral e proporcional aos servidores efetivos que ocuparem cargo comissionado no âmbito do município de Guanhães.

Para tanto, faz se juntar ao expediente o referido Projeto de Lei, bem como cópia da citada Lei Municipal 1798/97.

Sendo este o relatório, passa-se à fundamentação.

### ***FUNDAMENTAÇÃO***

Nos termos do artigo 71 da LOM, o projeto de lei em tela é de competência exclusiva do digno alcaide municipal, que com este, pretende reconhecer o direito ao apostilamento dos servidores que fizeram jus ao benefício até a data de revogação da lei municipal nº 1798, que lhes garantia tal benesse pecuniária.

Conforme narrado acima o direito ao apostilamento estava previsto no ordenamento jurídico municipal, tendo sido revogado no fim ano de 2003, sendo certo que por expressa previsão constitucional, a revogação de lei não restringe o direito previsto para aqueles que já tiverem preenchido os requisitos para sua percepção, é o chamado "***direito adquirido***".



# **Câmara Municipal de Guanhães**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Neste diapasão, é de ressaltar que deverão ser estritamente observados os ditames da Lei Municipal nº 1798 para a concessão do benefício, conforme já corretamente consignada na própria lei em análise, nos termos de seu artigo 2º.

Assim sendo, uma vez que o projeto de lei em tela, tão somente reitera o reconhecimento deste direito, que repetimos, já estava previsto e não pode ser negado, entendemos legal e constitucional o citado projeto de lei.

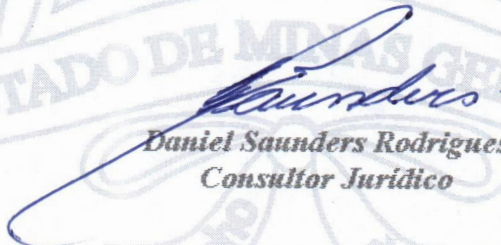
### **CONCLUSÃO**

---

Conclui-se que o Projeto de Lei em tela trata-se de um mero reconhecimento ao constitucional direito adquirido dos servidores, entendemos que seus termos são legalmente viáveis, pelo que apinamos pela sua votação e aprovação nos termos em que se encontra.

Salvo melhor juízo, é como parece a questão.

Guanhães, 03 de fevereiro de 2004.

  
**Daniel Saunders Rodrigues**  
**Consultor Jurídico**





# Câmara Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

## EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 05/2004

Art. 1º - Retira do projeto de lei nº 005/2004, as disposições constantes no § 4º do artigo 1º do citado projeto.

Guanhanes, Sala de Sessões da Câmara Municipal, 10 de março de 2004.

*José Maria de Pinho*  
José Maria de Pinho  
Vereador

*Reúna*

*Palhares*

*Paula*

*Monte*

*Queluz*

*Ferreira*

*Laércio da Silva*

*R.*



# **Câmara Municipal de Guanhanes**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 005/2004**

Art. 1º - Será acrescentado ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 005/2004, o seguinte preceito:

“§ 5º - Os valores oriundos do apostilamento concedido por esta lei, não servirão como base de calculo para quaisquer outros beneficios pecuniarios.”

Art. 2º - Será acrescido ao Projeto de Lei nº 005/2004, o seguinte preceito, consubstanciado no artigo 3º da lei.

“Art. 3º - Os valores recebidos à título de apostilamento deverão ser devidamente e separadamente especificados em seu contra cheque, com o dizer; “apostilamento”.”

Art. 3º - Será acrescido ao Projeto de Lei nº 005/2004, o seguinte preceito, consubstanciado no artigo 4º da lei.

“Art. 4º - caso o servidor beneficiado com o apostilamento venha a assumir uma função gratificada, o valor recebido à este título deverá ser abatido dos valores a serem percebidos pelo exercício da função gratificada.”

Art.4º - O Art. 3º do Projeto de Lei nº 005/2004, passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guanhanes, aos 10 de março de 2004.

**Comissão de Legislação, Justiça e Redação**